

# CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVI nº 704  
4 a 10 de setembro de 2015

## MOBILIDADE URBANA

FIRJAN SUGERE PLANO DE 14 HIDROVIAS COMO  
ALTERNATIVA PARA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO



Sistema FIRJAN | [www.firjan.com.br](http://www.firjan.com.br)

Sistema  
**FIRJAN**



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

## NR 12: INDÚSTRIA LEVA PLEITOS AO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Em uma ação de defesa de interesses, o Sistema FIRJAN promoveu reuniões para discussão da Norma Regulamentadora nº 12 (NR 12), que estabelece critérios para o uso seguro de máquinas e equipamentos. Na primeira, foram debatidas sugestões para os anexos 6 e 7, que tratam de máquinas para panificação e açougue, respectivamente. Reuniram-se líderes sindicais, empresários e instituições representativas da indústria e do comércio de todo o país.

Outros dois encontros foram realizados para discutir ajustes no anexo 8, com especificações para prensas

e equipamentos similares. Estiveram presentes representantes dos sindicatos de metal mecânico e empresários de diversos setores. As reuniões, sediadas na FIRJAN durante o mês de agosto, ocorreram em virtude de o Ministério do Trabalho e Emprego estabelecer uma agenda setorial para receber propostas de aperfeiçoamento da norma.

Os pleitos compilados foram levados pela Federação à Comissão Nacional Tripartite Temática (CNTT da NR 12), nos dias 27 e 28 de agosto, em Brasília. Até o fim do ano também serão elaboradas sugestões de melhorias com as indústrias de borracha e calçadista.

## NOVO ANEXO DA NR 35 EM DISCUSSÃO

Encontra-se em fase de consulta um novo anexo da Norma Regulamentadora 35 (NR 35), que trata de regras para o trabalho em altura. O documento prevê que os pontos

de ancoragem deverão ser feitos exclusivamente por profissionais legalmente habilitados, munidos de equipamento de proteção individual (EPI). A regra impacta setores como a Construção

Civil, Manutenção, Eletricidade, Telefonia e Construção Naval.

“Na prática, quer dizer que, se houver necessidade de se trocar uma lâmpada a mais de 2 metros de altura, é preciso contratar um engenheiro para dar um laudo. Isso cria burocracia e custos absurdos”, explicou José Luiz de Barros, gerente de Segurança do Trabalho do Sistema FIRJAN.

A fim de garantir que a NR 35 não afete a competitividade industrial, a Federação representará os interesses do setor, que estão sendo debatidos com sindicatos e empresários, na reunião da Comissão Nacional Tripartite Temática (CNTT da NR 35), prevista para até o fim do mês de setembro.



José Luiz de Barros participa de reunião com empresários na FIRJAN

## SESI RECEBE HOMENAGEM NA ÁREA CULTURAL

A Agência Nacional de Cultura, Empreendedorismo e Comunicação (ANCEC) homenageou o Sesi com o título de membro da “Ordem da Arte e da Cultura Nelson Rodrigues”. Na ocasião do centenário do artista, em 2012, o Sesi Cultural fez uma homenagem ao autor com o festival “A Gosto de Nelson – 100 anos de Nelson Rodrigues”, em que apresentou oito espetáculos, além de promover bate-papo na rede de Teatros do Sesi sobre a obra do dramaturgo. A cerimônia foi realizada no dia 24 de agosto, no Teatro Solar de Botafogo.

A Lei Anticorrupção entrou em vigor no país em 2013 para regulamentar a relação entre a iniciativa pública e o setor privado. A secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU), **Patrícia Audi**, participou de debate sobre o tema, promovido em julho pelo Conselho de Responsabilidade Social do Sistema FIRJAN. Em entrevista à Carta da Indústria, ela detalha o funcionamento de mecanismos de combate à corrupção no Brasil.



Antonio Batalha

## MECANISMOS DE **COMBATE À CORRUPÇÃO**

**CARTA DA INDÚSTRIA – De que forma a lei anticorrupção está estruturada?**

**PATRÍCIA AUDI –** Há cinco pilares importantes da lei: os programas de integridade, a existência dos cadastros (de empresas punidas e das inidôneas, suspensas de estabelecer contratos com o governo), o acordo de leniência, o processo administrativo e as condições para aplicação das multas. Já tínhamos leis que responsabilizavam os dirigentes das empresas, servidores públicos, a administração pública, mas faltava ainda a responsabilidade das pessoas jurídicas. Fecha, realmente, um ciclo de combate à corrupção.

**CI – As multas previstas podem ser bastante altas. Programas de integridade de empresas podem ser usados para reduzi-las?**

**PA –** Sim. A lei dizia que era uma faixa muito ampla para aplicabilidade das multas. Sendo assim, estabelecemos critérios claros e transparentes para esse cálculo. O programa de integridade é um fator que pode atenuar a multa em até 4% e funciona também como condicionante para o estabelecimento de acordos de leniência. Pode ser um fator de competitividade, a partir do entendimento de que diminui o risco e possibilita maior tranquilidade de investimento.

**CI – No entendimento da CGU, quais são os pontos imprescindíveis de um programa de integridade?**

**PA –** Canais de comunicação e treinamento e um código de conduta ética claro. Torna-se estratégica a atuação imediata da empresa a partir da detecção de algum ato ilícito, e um setor de *compliance* que seja independente. É possível que as pequenas e médias empresas criem seu próprio programa de integridade de uma maneira muito simples, adequada ao seu tamanho e às suas possibilidades.

**CI – Qual a função do cadastro Pró-Ética neste cenário?**

**PA –** O Pró-Ética é uma iniciativa que promove o reconhecimento público de empresas comprometidas com a prevenção e o combate à corrupção. O objetivo é estimular um ambiente corporativo mais íntegro, ético e transparente. Após passar por uma reestruturação em 2014, o Pró-Ética volta em novo formato, adaptado às mudanças ocorridas no cenário empresarial brasileiro. O cadastro estimula as boas práticas dos programas de integridade. As empresas concorrem a uma certificação e mesmo as que não conseguirem recebem um relatório de avaliação do seu programa, a partir da determinação da lei.

**CI – Poderia falar sobre a importância de regulamentação em estados e municípios?**

**PA –** A lei é de aplicação nacional, então, é importante que os estados e municípios criem suas leis ou regulamentem a lei federal, para que se cause menos insegurança jurídica e se estabeleça um ambiente adequado de investimentos em todo o território brasileiro.

## SEMINÁRIO CELEBRA 120 ANOS DE **RELAÇÃO ENTRE BRASIL E JAPÃO**

Em parceria com o Consulado Geral do Japão no Rio de Janeiro, o Sistema FIRJAN promoveu o Seminário Político e Econômico Brasil-Japão. O evento ocorreu em virtude dos 120 anos da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os países. O objetivo foi apresentar os grandes projetos realizados em virtude dessa cooperação e discutir como o país pode continuar colaborando para o crescimento da economia brasileira.

“Sou testemunha da atuação japonesa no Brasil a partir dos anos 50. A construção da Usiminas, por exemplo, foi uma oportunidade de aprendizado para os jovens brasileiros que trabalharam com os técnicos japoneses”, afirmou Carlos Mariani Bittencourt, vice-presidente da Federação.

Kunio Umeda, embaixador do Japão no Brasil, destacou os fatores favoráveis à forte relação entre as duas economias: “O Brasil, com o 7º PIB do mundo, é um importante mercado de consumo e investimentos japoneses”. Ele também lembrou os grandes projetos resultantes dessa



Antonio Batilha

*Koichi Yajima participa do Seminário Político e Econômico Brasil-Japão*

colaboração, como o Estaleiro Ishibrás e a Usiminas.

O embaixador José Alfredo Graça Lima, subsecretário geral de Política do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, ressaltou o interesse do país em diversificar as exportações para o Japão. “Esperamos que essa visita sirva para estimular o crescimento do fluxo de comércio”.

Koichi Yajima, diretor e COO (Chief Operating Officer) do

Banco Japonês para Cooperação Internacional, fez um retrospecto dos investimentos japoneses e citou as áreas prioritárias para implementação de projetos em conjunto. O evento também contou com uma apresentação de Kotaro Horisaka, professor emérito da Universidade de Sophia, que falou sobre os obstáculos vivenciados por ambas as economias e os caminhos futuros para incrementar o sucesso dessa longa parceria. O seminário foi realizado em 28 de agosto, na sede da FIRJAN.

### FIRJAN PROMOVE 5º FÓRUM DE TECNOLOGIA ISHIKAWAJIMA

As inovações nas áreas industrial, material e offshore foram o tema do 5º Fórum de Tecnologia Ishikawajima, promovido pelo Sistema FIRJAN em parceria com a IHI Corporation. “Esse fórum brinda as empresas com a oportunidade de conhecer recentes tecnologias e facilita parcerias”, declarou Carlos Mariani Bittencourt, vice-presidente da Federação.

“Temos muito a agradecer ao Brasil e à FIRJAN, que tem nos dado um importante apoio para mostrar nossas tecnologias”, disse Hideyuki Murai, vice-presidente e CEO da IHI Inc. Na primeira

parte do encontro, foram abordadas as soluções tecnológicas para a indústria desenvolvidas pela IHI e pelo Centro de Tecnologia SENAI (CTS) Solda.

A programação também incluiu cases da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation para a área de materiais e as demandas da Vale por inovações nesse segmento. Houve ainda apresentações sobre as últimas tecnologias em offshore, com exemplos da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do setor privado do Brasil e do Japão. O evento aconteceu em 27 de agosto, na sede da Federação.

## MEU FUTURO NEGÓCIO FOMENTA CULTURA EMPREENDEDORA ENTRE JOVENS FLUMINENSES

Universitários e empreendedores se reuniram na aula inaugural do curso Meu Futuro Negócio, em sua quarta edição. O programa estimula o desenvolvimento de jovens empreendedores no estado do Rio e é promovido pelo Sistema FIRJAN por meio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), em parceria com o Instituto Gênesis, incubadora de empresas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O diferencial é o engajamento de alunos, professores, empresários e técnicos do Sistema FIRJAN.

Alberto Besser, superintendente do IEL, ressaltou o papel do curso na formação de pessoas qualificadas para empresas e projetos inovadores: "Esperamos que vocês desenvolvam negócios sustentáveis que impactem positivamente a sociedade, a tal ponto que possam integrar no futuro o Conselho de Jovens Empresários da FIRJAN".

Para a primeira aula, o curso recebeu Marco Fisbhen, cofundador e CEO do site de educação Descomplica. Ele contou sua trajetória e deu dicas de como iniciar um empreendimento. "Escrever um plano de negócios é um processo de aprendizado muito rico. E não existe no Brasil essa interdisciplinaridade que este curso oferece, essa troca com pessoas de diferentes áreas", afirmou.

### DESDOBRAMENTOS

O vencedor da última edição do programa, Bernard Biton, também participou do encontro e relatou sua experiência. Ex-aluno da PUC-Rio, Biton foi um dos idealizadores do projeto Faveliving, que promove turismo de experiência em comunidades do



Alberto Besser e Marco Fisbhen participam de aula do Meu Futuro Negócio

**"O que vi no exterior já tinha aprendido no Meu Futuro Negócio. Estava mais bem preparado porque fiz um intensivo aqui"**

**Bernard Biton**

*Vencedor da última edição do programa*

Rio de Janeiro, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local. Ele foi premiado com um curso na Universidade de Babson, nos Estados Unidos, e venceu o Rocket Pitch, competição de projetos de empreendedorismo promovida pela instituição. Biton credits a vitória ao aprendizado que obteve no curso. "O que vi no exterior já tinha aprendido no Meu Futuro Negócio. Estava mais bem preparado porque fiz um intensivo aqui", declarou.

### DINÂMICA

Com duração de três meses, o programa inclui módulos como "Motivação e cultura do empreendedor", "Plano de negócios", "Elaboração do plano de negócios" e "Trajetória de vida empreendedora". Como avaliação final, os alunos elaboram um plano de negócio. Os três melhores são selecionados para uma pré-incubação de seis meses no Instituto Gênesis.

Os autores dos melhores planos são classificados para o Momento Pitch, oportunidade em que os alunos apresentam suas ideias a empresários e investidores. O vencedor dessa etapa ganha um curso de empreendedorismo no exterior. Além da PUC-Rio, o curso também é realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Podem participar estudantes de graduação, pós-graduação e ex-alunos. A primeira aula foi no dia 21 de agosto, na Escola de Negócios IAG da PUC-Rio.

## FIRJAN APONTA NOVAS LINHAS HIDROVIÁRIAS COMO SOLUÇÃO PARA A MOBILIDADE DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO

Integrar o sistema de transporte hidroviário à política de mobilidade urbana como solução para os congestionamentos da Região Metropolitana do estado do Rio. Com essa premissa a gerência de Ambiente de Negócios e Infraestrutura do Sistema FIRJAN elaborou o estudo “Novas linhas hidroviárias – uma alternativa para a mobilidade urbana no Rio de Janeiro”. O documento aponta 14 ligações com viabilidade de demanda, sendo 11 na Baía de Guanabara, uma ligando o Centro do Rio de Janeiro à Barra da Tijuca e duas no Complexo

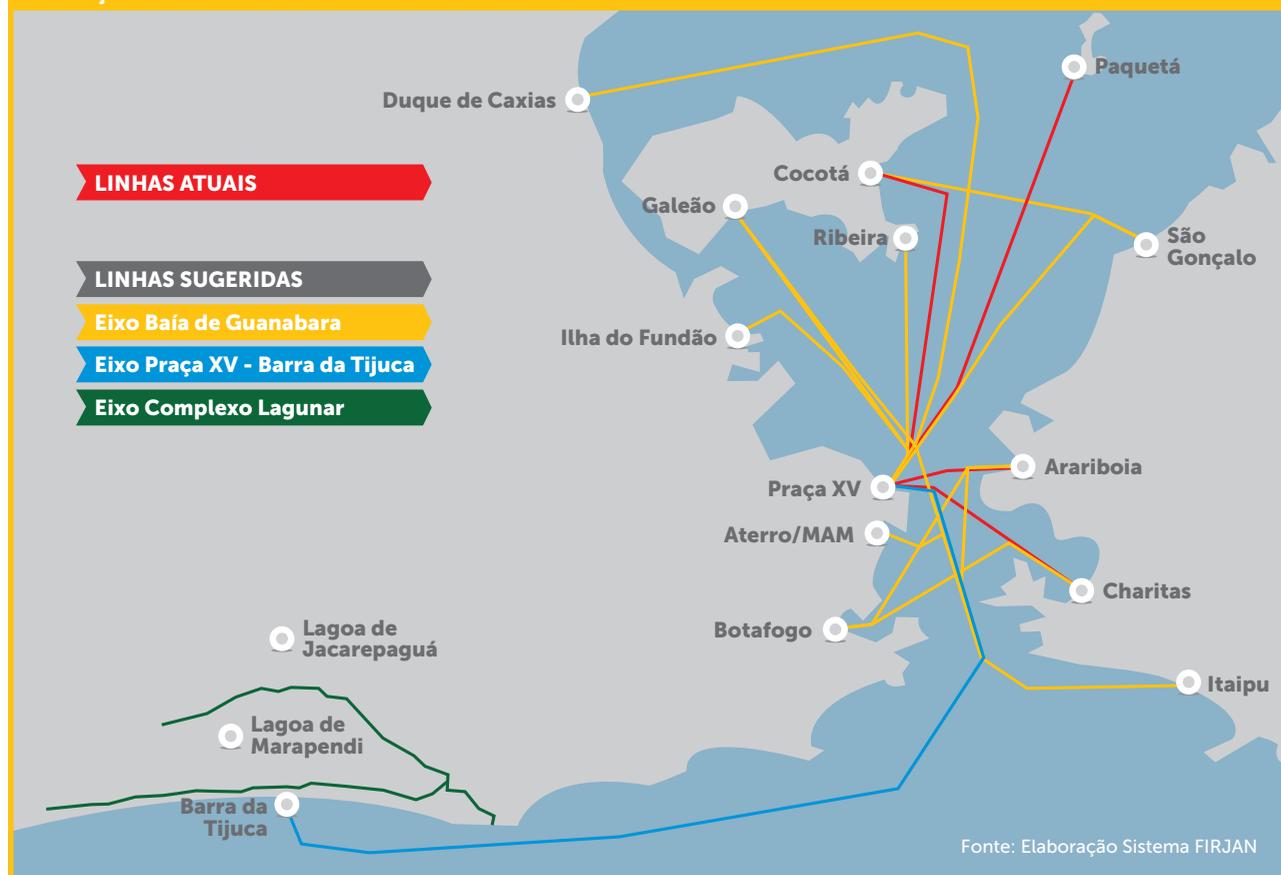
Lagunar da Barra da Tijuca. O potencial total das novas linhas atinge 272,4 mil viagens/dia, o equivalente à circulação de 100,9 mil veículos, o que poderia reduzir os engarrafamentos em 84,1 km/dia e os custos dos congestionamentos em R\$ 11,2 bilhões/ano.

A ampliação do transporte hidroviário ganha urgência como uma das respostas ao agravamento da crise de mobilidade na Região Metropolitana. Projeções da Federação indicam que os congestionamentos poderão alcançar mais de 180 km/dia em

2022, gerando um custo estimado em R\$ 40 bilhões. O agravamento da situação é esperado, mesmo considerando os investimentos em andamento no sistema metroferroviário, nos corredores exclusivos para ônibus (BRT e BRS) e na implantação dos Veículos Leves sobre Trilhos (VLT) no Centro e Zona Portuária.

Segundo Riley Rodrigues, especialista em Competitividade Industrial e Investimentos do Sistema FIRJAN, a nota técnica analisou a viabilidade de demanda dos novos corredores, identificando

### LIGAÇÕES POTENCIAIS E EXISTENTES DE HIDROVIAS NA RMRJ



um elevado número de usuários do transporte rodoviário que potencialmente poderiam migrar para o sistema hidroviário. “A decisão de avançar na estruturação de um projeto de ampliação do sistema hidroviário depende do governo do estado, considerando a existência de demanda, o impacto sobre a mobilidade e o custo de implantação”, diz.

### PROJEÇÕES PARA O FUTURO

Das 11 ligações potenciais pela Baía, cinco conectariam o Rio de Janeiro ao Leste Fluminense; uma, o Rio de Janeiro a Duque de Caxias; quatro, o Centro do Rio de Janeiro às ilhas do Governador e do Fundão; e uma, Charitas a Itaipu, em Niterói.

Somadas, essas ligações poderiam prover mais de 156 mil viagens/dia, o equivalente a 57,8 mil veículos, mais da metade deles nas novas viagens entre Rio, Niterói e São Gonçalo. Outra vantagem é a ampliação da integração da rede de transporte, tendo em vista a proximidade das estações das novas linhas com estações de metrô e o sistema de ônibus.

Uma das principais propostas presentes no estudo é a ligação Barra da Tijuca-Centro. Esta linha possui potencial para realizar 106 mil viagens/dia (15,6% das 679 mil viagens/dia realizadas no corredor), o que corresponde a 39,4 mil veículos. Isto equivale a liberar, ao longo do dia, um total de 32,8 km de vias, contribuindo sensivelmente para a redução do tempo de deslocamento e dos congestionamentos.

Já as duas hidrovias referentes ao Complexo Lagunar da Barra da Tijuca seriam nas Lagoas de Jacarepaguá e Marapendi, possibilitando a integração com a futura Linha 4 do Metrô, que fará a conexão da Barra da Tijuca com a Zona Sul e o Centro.

## “Esse estudo contribui para a retomada das discussões sobre um dos maiores ativos de mobilidade da Região Metropolitana, que é a Baía de Guanabara”

**Luiz César Caetano**  
Presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Leste Fluminense

Segundo Mauro Viegas, presidente do Conselho de Infraestrutura da FIRJAN, a mobilidade é um ponto crítico que precisa ser resolvido: “Tendo demanda que justifique o custo-benefício, toda proposta de melhoria da atividade de transporte urbano da Região Metropolitana é bem-vinda. É muito importante que a nossa casa promova e fomenta soluções para melhorias de transporte”, afirmou ele, que também preside a Concremat.

Para Luiz César Caetano, presidente da Representação Regional FIRJAN/

CIRJ no Leste Fluminense, a nota técnica apresenta potencial de ganho econômico para regiões importantes do estado. “Esse estudo contribui para a retomada das discussões sobre um dos maiores ativos de mobilidade da Região Metropolitana, que é a Baía de Guanabara. O melhor uso do seu potencial trará melhoria para a mobilidade, com impactos sobre a competitividade de toda a economia”, afirmou Caetano, também presidente do Sindicato da Indústria de Refinação e Moagem de Sal do Estado do Rio de Janeiro (Sindisal).

Mauro Varejão, presidente do Sindicato da Indústria de Mármore, Granitos e Rochas Afins do Estado do Rio de Janeiro (Simagran-Rio), lembra que as ligações hidroviárias são adotadas em todo o mundo e deveriam ser priorizadas no estado. “A Baía de Guanabara favorece este tipo de deslocamento, que pode solucionar a falta de mobilidade da Região Metropolitana”, avalia Varejão. Ele também coordena o Fórum de Rochas Ornamentais da FIRJAN.

Accesse a Nota Técnica no link <http://goo.gl/9dkgMA>.

### RESULTADOS PRÁTICOS DAS MEDIDAS SUGERIDAS



**272,4 mil**

VIAGENS/DIA REALIZADAS  
POR HIDROVIA, QUE  
ELIMINARIAM DIARIAMENTE:



Fonte: Sistema FIRJAN



**100,9 mil**

VEÍCULOS

**84,1 km**

DE ENGARRAFAMENTO



## COM PALESTRAS TÉCNICAS DO SENAI, PETRÓPOLIS RECEBE A 2ª EDIÇÃO DO COSTURA RIO

Um dos principais polos de moda do estado, Petrópolis recebeu a 2ª edição do Costura Rio, evento que reuniu confecções e fornecedores de máquinas e equipamentos, tecidos e matérias-primas da moda. O Sistema FIRJAN, por meio do SENAI, promoveu palestras técnicas para empreendedores. Realizado pelo Sindicato das Indústrias de Confeções de Petrópolis (Sindcon) e pela Prefeitura da cidade, o evento apresentou as novas tecnologias em maquinários e tecidos, fomentando a capacidade produtiva da indústria têxtil local.

“A indústria de confecção fluminense tem uma demanda crescente por tecnologia e informação técnica dos tecidos, que é uma das suas principais matérias-primas e impacta diretamente na qualidade do produto final”, analisa Addison Meneses, presidente do Sindcon e vice-presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ na Região Serrana.

Para o prefeito de Petrópolis, Rubens Bomtempo, o evento consolida a vocação da cidade como polo têxtil. “Petrópolis tem uma importância histórica no mercado têxtil e de confecções. O Costura Rio mostra que esta importância se mantém. Continuamos em destaque, com um dos maiores e mais tradicionais polos de moda do país e com indústrias têxteis que se destacam não apenas no Brasil, como também no exterior”, destacou Bomtempo.

Segundo Jorge Kappaun, diretor da empresa Kappaun’s, o Costura Rio fortalece o Polo de Moda de



Divulgação

*Empresários conhecem novas tecnologias em maquinários, durante o Costura Rio*

**“Nosso polo tem mais de duas mil empresas, que geram um total de 13.400 empregos formais na cadeia da moda”**

**Jorge Kappaun**  
Diretor da empresa Kappaun’s

Petrópolis: “Nosso polo tem mais de duas mil empresas, que geram um total de 13.400 empregos formais na cadeia da moda. As informações apresentadas orientam os confeccionistas e são fundamentais para ampliar a participação no mercado.”

Kappaun tem boas expectativas para os negócios, apesar da crise: “Desde o início tivemos sucesso no lançamento de equipamentos nas feiras, porque ou se é produtivo ou se está fora do mercado. E, para

serem mais competitivas, uma das alternativas para as empresas é ter tecnologia”.

### PROTOCOLO DE RESÍDUOS

Esta edição do Costura Rio contou com 30 estandes, ocupando uma área de 840 metros quadrados, em estrutura montada no Hipershopping ABC, no Centro de Moda e Serviços da Rua Tereza. O SENAI promoveu palestras técnicas para confeccionistas sobre novas tecnologias em maquinários, tecidos e gestão de resíduos. Durante o evento, foi apresentado o Protocolo de Gestão Responsável dos Resíduos da Indústria da Confeção, metodologia criada pelo Sistema FIRJAN.

Os participantes também puderam ver um pouco da materioteca do SENAI Espaço da Moda – local que possui os principais mostruários de lançamentos têxteis para o setor. O evento, patrocinado pelo SENAI, foi realizado entre os dias 27 e 29 de agosto.

## EMPRESÁRIOS DISCUTEM NOVA FASE DO MINHA CASA, MINHA VIDA COM SECRETÁRIA NACIONAL DE HABITAÇÃO

Para discutir a terceira fase do programa Minha Casa, Minha Vida, o Conselho Empresarial da Indústria da Construção recebeu Inês Magalhães, secretária nacional de Habitação do Ministério das Cidades. Com previsão de lançamento em setembro, o projeto criará uma nova modalidade de financiamento para beneficiar quem recebe até três salários mínimos. O novo grupo utilizará recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para financiar os imóveis. "As premissas são que o comprometimento não ultrapasse 27,5% da renda familiar e que haja contrapartida do governo", afirmou.

De acordo com Inês, a demanda por domicílios no país deve se manter em 1,2 milhão de unidades no próximo ano. Em 2013, as entregas do Minha Casa, Minha Vida corresponderam a 32% desse total. "Esse é um dado importante porque mostra o peso do programa na oferta de empreendimentos", disse.

A secretária destacou os aspectos que serão aprimorados para a terceira etapa do programa, como a regionalização e distribuição de valores e metas, elaboração de materiais de apoio para atendimento às normas de desempenho, além de um plano de gestão estratégica do território e parâmetros urbanísticos. Este último passará a ser responsabilidade do governo federal. Outra alteração prevê uma instituição para pré-qualificação das propostas de contratação.

Inês pontuou ainda a necessidade de articulação do programa com as políticas urbanas locais, levando em conta as especificidades de cada região. "No caso específico



Inês Magalhães participa de reunião do Conselho da Indústria da Construção

**"O estado do Rio tem um legado importante das Olimpíadas, que são os corredores de mobilidade urbana"**

**Roberto Kauffmann**  
Presidente do Conselho e do Sinduscon-Rio

do Rio, iremos trazer a questão da segurança como um tema a ser considerado nos relatórios de impacto, a pedido do secretário de Segurança Pública do estado. É um tema importante de ancorar na análise de implementação dos empreendimentos", garantiu.

### DESAFIOS PARA A INDÚSTRIA

Como principais desafios para a indústria da construção civil, ela apontou a melhoria da qualidade

arquitetônica dos empreendimentos e aumento da produtividade. "Será preciso um esforço para gastar mais tempo na elaboração dos projetos. E a produtividade tem a ver com melhorias na industrialização", disse.

"Tenho certeza de que o programa será um sucesso, e o estado do Rio sairá na frente", disse Bernardo Rossi, secretário estadual de Habitação.

"O estado do Rio tem um legado importante das Olimpíadas, que são os corredores de mobilidade urbana. Estamos buscando estabelecer áreas especiais de interesse urbanístico e queremos aproveitar a da Transolímpica. O que proponho é que façamos uma reunião para levar questões específicas do nosso estado", sugeriu Roberto Kauffmann, presidente do Conselho e do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio). A reunião aconteceu em 20 de agosto, na sede da FIRJAN.

## EMPRESÁRIOS DO CENTRO SUL PARTICIPAM DE ENCONTRO SOBRE INFRAESTRUTURA

Empresários de Três Rios, Areal e Paraíba do Sul participaram de encontro promovido pela Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Centro Sul Fluminense para analisar os gargalos logísticos da região. Um dos principais assuntos discutidos foi a duplicação da BR 393 (Lúcio Meira).

Riley Rodrigues, especialista em Competitividade Industrial e Investimentos do Sistema FIRJAN, apresentou dados que evidenciam a necessidade de duplicação das rodovias que cortam as cidades da região. Em especial, do trecho da BR 393 que liga os municípios de Três Rios a Paraíba do Sul. Essa obra está contemplada no Plano de Investimentos em Logística (PIL), anunciado pelo governo federal em junho deste ano.

O investimento previsto para a rodovia Lúcio Meira será de R\$ 1,3 milhão. A obra está prevista para começar ainda este ano, segundo a União. "A questão da duplicação

da rodovia é antiga. É importante que os empresários se mobilizem e busquem mais recursos para ampliar a extensão da duplicação da via", resumiu Rodrigues. Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), transitam naquele trecho da BR 393 em média 24.753 veículos por dia.

O encontro aconteceu em Paraíba do Sul e reuniu 77 empresários e autoridades políticas locais, como o prefeito do município, Marcinho Abreu: "A cidade só tem a ganhar quando o Sistema FIRJAN está envolvido. Essa aproximação com o empresariado é fundamental para o desenvolvimento da região".

"A duplicação é importante para melhorar a logística das empresas. Muitas vezes, a lucratividade de um negócio se perde exatamente no tempo que é gasto no transporte das mercadorias", explicou o presidente da Representação Regional da FIRJAN/CIRJ no Centro Sul Fluminense, Alceir José Corrêa.

## CARTA DA INDÚSTRIA

PRÊMIO ABERJE BRASIL 1999-2000  
PRÊMIO ABERJE RIO 1999-2000-2001  
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente:

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

1º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Mariani Bittencourt

2º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Fernando Gross

1º Vice-presidente CIRJ:

João Lagoeiro Barbará

2º Vice-presidente CIRJ:

Geraldo Coutinho

1º Diretor Secretário - FIRJAN:

Armando Brasil Salgado

1º Diretor Secretário - CIRJ:

Mauro Ribeiro Viegas Filho

1º Diretor Tesoureiro - FIRJAN:

Abílio Moreira Mendes

1º Diretor Tesoureiro - CIRJ:

Sérgio Kunio Yamagata

### CONSELHOS EMPRESARIAIS

Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto

Assuntos Tributários: Sergei da Cunha Lima

Economia: José Mascarenhas

Energia Elétrica: Sérgio Gomes Malta

Gestão Estratégica para

Competitividade: Angela Costa

Indústria da Construção:

Roberto Kauffmann

Infraestrutura: Mauro Ribeiro Viegas Filho

Jovens Empresários: Poliana Silva

Meio Ambiente: Isaac Plachta

Política Social e Trabalhista:

José Arnaldo Rossi

Petróleo e Gás: Armando Guedes Coelho

Presidentes de Conselho das

Representações Regionais:

Rubens Muniz

Relações Internacionais:

Luiz Felipe Lampreia

Responsabilidade Social: Luiz César Caetano

Tecnologia: Fernando Sandroni

### FÓRUNS EMPRESARIAIS

Agroindústria: Francisco Muniz

Areia e Brita: Rogério Moreira Vieira

Cosméticos e Perfumaria:

Celso Dantas Aguiar

Defesa e Segurança: Carlos Erane de Aguiar

Moda: Oskar Metsavaht

Rochas Ornamentais: Mauro Varejão

CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do SISTEMA FIRJAN

Assessoria de Imprensa: Lorena Storani

Insight Comunicação

Editor Geral: Coriolano Gatto

Editor Executivo: Kelly Nascimento

Editor Adjunto: João Perido

Redação: Denise Almeida, Janaina Salles,

Nathalia Curvelo e Sílvia Noronha

Revisão: Geraldo Pereira e Paulo Barros

Fotografia: Antonio Batalha,

Fabiano Veneza e Guarim de Lorena

Projeto Gráfico: DPZ

Design e Diagramação: Paula Barrenne

Produtor Gráfico: Ruy Saraiva

Impressão: Arte Criação

SISTEMA FIRJAN/CIRJ

Avenida Graça Aranha 1

CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2563-4455

www.firjan.org.br

Angélica Garcia



Empresários apontaram a necessidade de duplicação da BR 393 durante o encontro

## SEMINÁRIO ABORDA IMPACTO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E METROLOGIA NA COMPETITIVIDADE DAS INDÚSTRIAS

O papel da avaliação da conformidade para a competitividade da indústria brasileira e a metrologia legal foram os temas debatidos no seminário. A iniciativa foi promovida pelo Sistema FIRJAN, por meio da Assessoria de Inovação Tecnológica e da Gerência de Desenvolvimento Setorial, em parceria com o Inmetro. O encontro reuniu representantes de diversos segmentos das indústrias e técnicos do órgão.

A avaliação da conformidade atua na verificação do cumprimento de determinada regulamentação conferida a um produto ou serviço. De acordo com Paulo Coscarelli, diretor substituto de Avaliação de Conformidade do Inmetro, ter um produto atestado pelo instituto é um fator de aumento da competitividade: "O produto ganha mais oportunidades de exportação ao ser certificado".

Coscarelli destacou ainda as premissas e etapas envolvidas no processo de regulamentação. "Fazemos regularmente uma análise crítica para verificar se o objetivo foi atingido. Caso não, a intenção é desregular o produto".

### FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS

O evento também debateu a agenda regulatória do Inmetro e os mecanismos de avaliação da conformidade, além das ferramentas para fiscalização dos produtos no mercado, competência delegada ao Instituto de Pesos e Medidas (IPEM) de cada estado. Luiz Carlos dos Santos, diretor de Metrologia Legal do Inmetro, explicou como as ações realizadas pelo órgão impactam a atividade industrial. "O empresário perde muito quando



Paulo Coscarelli, Anderson Rossi e Luiz Carlos dos Santos na abertura do seminário

**"Acho fundamental que a FIRJAN promova esse tipo de encontro e que tenhamos oportunidade de conversar com técnicos do Inmetro"**

**Waltraud Keuper**  
Presidente do Sindmmep

o concorrente não age de forma adequada. O Inmetro protege a competitividade das empresas ao coibir a concorrência desleal".

Alexandre dos Reis, diretor regional do SENAI, ressaltou que, ao munir o empresário com informações relevantes, o evento contribui para antecipar problemas. "Essas duas casas estão fazendo um belo trabalho nesse sentido", afirmou Reis, que também é superintendente do SESI.

"O empresário nem sempre tem tempo para acessar o site do Inmetro para ver as novas regras. Acho fundamental que a FIRJAN promova esse tipo de encontro e que tenhamos oportunidade de conversar com técnicos do Inmetro", avaliou Waltraud Keuper, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Petrópolis (Sindmmep) e presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ na Região Serrana.

Para Patrícia Fernandes, diretora do Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de Petrópolis (Sindpães), o diálogo da entidade com o setor privado abre perspectivas positivas: "O evento foi de muita grandeza e nos trouxe bastante conhecimento. Nós temos esperança de que haja mais facilidades para nosso serviço, sem prejudicar o consumidor". O seminário foi realizado no dia 26 de agosto, na sede da Federação.

## ENTENDENDO A TRIBUTAÇÃO DA **CONSIGNAÇÃO MERCANTIL**

Uma operação comercial muito comum, mas que ainda suscita dúvidas, é a consignação mercantil, com o seu adequado tratamento tributário. Em síntese, podemos entender a consignação como sendo uma operação de compra e venda onde o fornecedor (geralmente o produtor) remete mercadorias para um revendedor e o pagamento desta remessa somente ocorrerá quando da venda da mercadoria pelo revendedor.

### **Qual o objetivo da consignação mercantil?**

Certamente é facilitar as transações comerciais, pois o revendedor não tem desembolso até que efetivamente receba o valor de revenda da mercadoria (com sua margem de lucro, é claro). O importante é dar o correto tratamento tributário para estas operações, evitando assim autuações pelo mero descumprimento de obrigações acessórias ou recolhimento equivocado de tributos.

### **Como deve agir o consignante? E o consignatário?**

De acordo com o Ajuste SINIEF 02/93 e a legislação tributária do Estado do Rio de Janeiro, o consignante (remetente) emite nota fiscal contendo o destaque do ICMS e IPI, quando incidentes, a descrição e valor da mercadoria, descreve a operação como sendo remessa em consignação e utiliza o CFOP 5.917 se for operação interna, e 6.917 se for interestadual. O consignante escritura a NF normalmente em seu livro de saídas, e o consignatário (destinatário) em seu livro de entradas, com crédito do ICMS se houver incidência na entrada. Quando houver a venda efetiva, o vendedor (consignatário) emite NF de venda, mencionando que se trata de venda de mercadoria recebida em consignação, emitindo também NF de devolução simbólica de mercadoria recebida anteriormente em consignação mercantil. O consignante, por sua

vez, emite NF sem destaque do ICMS e IPI, informando a natureza da operação: Venda, CFOP 5.113, 6.113, 5.114 ou 6.114, dependendo do caso, com a menção de que se trata de "Simples faturamento de mercadoria em consignação mercantil - NF nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_", e, se houver, "Reajuste de preço - NF

---

***O importante é dar o correto tratamento tributário para estas operações, evitando autuações pelo mero descumprimento de obrigações acessórias ou recolhimento equivocado de tributos***

---

nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_", escriturando esta nota em seu livro de Registro de Saídas.

### **E em caso de reajuste do preço quando da venda efetiva?**

O RICMS/RJ estabelece a necessidade de emissão de nota fiscal complementar na qual constará a menção de que se trata de "Reajustamento de Preço de Mercadoria em Consignação - Nota Fiscal nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_", com o valor do reajuste. Haverá destaque do ICMS e IPI,

quando devidos, e a base de cálculo será o valor do reajuste. Na venda deverá constar o valor final.

### **E na devolução?**

Em caso de devolução, o consignatário deverá emitir Nota Fiscal de "Devolução de mercadoria recebida em consignação mercantil", com os dados da mercadoria e a menção à NF de remessa. Ao receber a mercadoria, o consignante deve escriturar a NF em seu livro de entradas, com o crédito de ICMS e IPI se for o caso.

### **Isso se aplica a mercadorias sujeitas à substituição tributária?**

Tanto o Ajuste SINIEF 02/93 como o RICMS/RJ estabelecem que para operações sujeitas à substituição tributária devem ser aplicadas as disposições próprias deste regime, ou seja, recolhe-se o ICMS-ST normalmente quando da remessa em consignação. Caso a operação seja realizada por preço menor, não deve a consignante se creditar da diferença, sob pena de ser autuada.

Como visto, a legislação aplicável esgota o tema, devendo, cada contribuinte apenas se preocupar em segui-la à risca, sem planejamentos tributários desprovidos de fundamentação legal.

A Diretoria Jurídica do Sistema FIRJAN está à disposição para esclarecimentos adicionais sobre este e outros temas afins.

# INFORME JURÍDICO

Ano XVI nº 704  
4 a 10 de setembro de 2015

## ASPECTOS JURÍDICOS DAS HOLDINGS

A expressão holding deriva do verbo inglês *to hold*, que significa segurar, manter, controlar, e diz respeito às sociedades que têm por objeto a participação societária em outras sociedades, realizada com o intuito de controlá-las. Nossa legislação prevê expressamente este aspecto societário, como podemos ver no §3º do artigo 2º da Lei 6.404/76, conhecida como Lei das Sociedades Anônimas, o qual dispõe que “a companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades (...). Além da Lei das S/A, o Código Civil Brasileiro também faz menção às holdings em seus artigos 1.097 a 1.101, como também o faz a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por meio da Instrução nº 247/96.

Dentro do universo das holdings, o conceito de controle é retirado do parágrafo 3º do artigo 243 da Lei das S/A, que diz que controladora é a sociedade que é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da(s) controlada(s). A doutrina as divide em duas principais modalidades: a pura, que é aquela sociedade que tem por objeto social apenas a participação no capital de outras sociedades, e a mista, que, além de exercer a função de controle de outras companhias, também exerce outras atividades empresariais (produção, serviços etc.). Há também as chamadas holdings familiares, que são criadas com o objetivo de facilitar a administração dos bens e a sucessão hereditária, visando a continuidade do negócio e a manutenção do mesmo dentro do núcleo familiar. Usadas principalmente com o objetivo de facilitar a administração dos bens e a sucessão hereditária, garantindo a manutenção do conglomerado de empresas em poder dos descendentes do sucessor.

Devemos deixar claro que “ser uma holding” não significa ser de um tipo societário específico, pois ser uma holding

diz respeito ao objeto da companhia e não à sua estrutura societária. Os dois tipos societários mais comuns para as holdings são, sem surpresas, as sociedades limitadas e as sociedades anônimas. Compete aos fundadores escolherem entre os tipos societários, optando por aquele que lhes dê maior operatividade e que reflita bem seus interesses. Características positivas de uma e de outra devem ser consideradas, tais como a extensão da responsabilidade, a obrigatoriedade de publicação de balanços e outras. Via de regra, a prática nos mostra que pequenos e médios optam pelo modelo da limitada, enquanto que grandes optam pelas anônimas.

A opção pela forma de sociedade limitada de pessoas favorece o chamado *intuitu personae*, privilegiando o sócio e não seu capital. Esta forma limita a entrada de estranhos à sociedade, ao contrário das sociedades anônimas, também chamada de sociedade de capitais, em que o que importa é o capital em si. É dito que nas S/A o interesse dos sócios não é na empresa, mas sim em seus resultados. Relativamente à responsabilidade dos sócios, nas S/A, uma vez integralizado o valor das ações, cessa a responsabilidade dos sócios, mesmo em caso de falência, pois o que será atingido é o patrimônio da companhia.

Constituir uma holding apresenta diversas vantagens, como, por exemplo, ampliar o leque de atividades e segmentos em que atua a holding; uniformidade nos procedimentos das controladas, o que é salutar inclusive por questões de compliance; maior facilidade no controle das empresas controladas; facilidade na eventualidade de se efetuar algum planejamento tributário; redução de custos pela centralização da administração; independência relativamente às dívidas das afiliadas; concentração de poder econômico do acionista controlador na holding e outros.

Quanto aos aspectos tributários, releva notar que nas chamadas holdings puras, que têm por objeto societário tão somente a participação no capital de outras sociedades, a tributação de seus resultados não será tributada, pois estamos falando da distribuição de lucros e dividendos das sociedades controladas; já nas mistas, haverá a tributação normal, a depender da forma de apuração do imposto de renda escolhida (lucro real, presumido ou arbitrado). A mesma regra se aplica às contribuições para o PIS/PASEP e COFINS, que não terão incluídas em suas bases de cálculo a parcela relativa às receitas decorrentes das participações societárias. Logo, se não há outras fontes de receita, nada haverá que se tributar. Da mesma forma, a distribuição de lucros ou dividendos pela holding

também não estão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte nem integram a base de cálculo do imposto do beneficiário.

Como visto, a criação de uma holding possui diversas vantagens, mas sua operação deve seguir a legislação aplicável, sob pena de sofrer autuações e de até mesmo descaracterizar sua natureza, inobstante a previsão legal da holding responder por eventuais danos causados às controladas, em razão de abuso de poder e ocultação de informações em caso de modificação de participação acionária.

Mais informações sobre este e outros temas afins podem ser obtidas junto à Diretoria Jurídica do Sistema Firjan.

## SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA APROVA SÚMULA SOBRE CONTRATOS SUJEITOS AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou a Súmula nº 543, que, fundamentada em tese já firmada em julgamento de recursos repetitivos, estabelece que “na hipótese de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel submetido ao Código de Defesa do Consumidor, deve ocorrer a imediata restituição das parcelas pagas pelo promitente comprador – integralmente, em caso de culpa exclusiva do promitente vendedor/construtor, ou parcialmente, caso tenha sido o comprador quem deu causa ao desfazimento”.

Em sua fundamentação, o voto condutor afirma que a jurisprudência do Tribunal vem, há longa data, proclamando ser abusiva, por ofensa ao art. 51, incisos II e IV, do Código de Defesa do Consumidor, a cláusula contratual que determina, em caso de rescisão de

promessa de compra e venda de imóvel, a restituição das parcelas pagas somente ao término da obra, haja vista que poderá o promitente vendedor, uma vez mais, revender o imóvel a terceiros e, a um só tempo, auferir vantagem com os valores retidos – além da própria valorização do imóvel, como normalmente acontece.

De fato, se for mantida válida e inalterada a mencionada cláusula, o direito ao recebimento do que é devido ao consumidor fica submetido ao puro arbítrio do fornecedor, uma vez que a conclusão da obra é providência que cabe a este com exclusividade, podendo, inclusive, nem acontecer ou acontecer após longa e injustificada espera.

A Súmula foi aprovada no julgamento do REsp 1.300.418  
*Fonte: STJ*

## JUSTIÇA DO TRABALHO TEM NOVA TABELA DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Desde segunda-feira (31), está disponível para consulta no portal do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) a nova tabela de atualização monetária de débitos trabalhistas. O novo índice deverá ser aplicado sobre os valores devidos a partir de 30 de junho de 2009.

Em decisão em 4/8/2015 (processo ArgInc-479-60.2011.5.04.0231), com efeito modulatório, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho (TST) declarou inconstitucional a atualização dos valores pela Taxa Referencial (TR), índice previsto no artigo 39 da Lei 8.177/1991, e que vinha sendo aplicado desde então.

Em substituição à TR, o TST determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial (IPCA-E). A medida visa corrigir a injustiça ocasionada

pelo índice adotado até então, uma vez que a TR é prefixada, ou seja, com variação divulgada para o mês seguinte, o que dificultava a definição de índices diários do mês corrente.

Já o IPCA-E é calculado com base na inflação do mês anterior e, assim, vigora fixo no mês inteiro, calculando-se apenas os juros até a data do pagamento.

Além da nova tabela de atualização monetária, estão disponíveis no site do CSJT planilhas para cálculo de correção monetária e juros trabalhistas.

A tabela pode ser encontrada no link <http://www.csjt.jus.br/atualizacao-moneteria>  
*Fonte: TST*